

O Museu de Saúde Pública “Emílio Ribas”: recortes de uma memória vivida

Jandira Lopes de Oliveira¹

Com a reestruturação do Centro de Memória e a reforma do prédio, novos projetos e idéias estão sendo elaboradas pelo corpo técnico de pesquisadores científicos do Instituto de Saúde ao qual o Centro de Memória passou a se subordinar. Solicitaram-me escrever sobre o Centro de Memória na perspectiva da minha experiência passada, de mais de 20 anos, na Instituição.

Em 1983, quando ainda trabalhava no Museu Histórico do Instituto Butantan, recebemos a visita de um senhor muito educado, um médico sanitarista da “velha cepa”, professor na Faculdade de Saúde Pública e que foi um dos principais colaboradores do Dr. Walter Leser – Dr. José Antonio Alves dos Santos, que então perguntou se eu poderia ajudá-lo nos trabalhos de organização dos eventos comemorativos do Centenário dos Serviços Estaduais de Saúde Pública em São Paulo. Não só pela obrigação mas muito e principalmente pelo prazer, aceitei na hora o convite e foi dessa forma que tomei conhecimento da existência do Museu de Saúde Pública “Emílio Ribas”, criado pelo esforço pessoal desse médico-poeta, conterrâneo da ilustre figura da História Sanitária Paulista.

O Desinfetório Central como Sede do Museu de Saúde Pública “Emílio Ribas”

Dentre os eventos comemorativos à data, houve o tombamento do prédio sede do Museu – o antigo Desinfetório Central – construído em 1893, uma das instituições pioneiras do Serviço Sanitário (Resolução nº 50 de 26/8/85). Marco para a História da formação do Bom Retiro, naquele local se situava a sede da Chácara Bom Retiro, propriedade de Manfredo Meyer e sua mulher, que, loteada no final do século XIX, deu origem ao bairro. Na casa de sede da chácara, funcionou um hospital militar e foi também uma hospedaria de imigrantes provisória, enquanto era construída a do Brás. É importante lembrar que a região, pela proximidade com a Estação da Luz, foi uma das portas de entrada de imigrantes que chegavam em grande número em São Paulo naquela época. Aliás, o Bom Retiro manteve sempre esta característica marcante: é um bairro que continua acolhendo imigrantes que chegam à cidade: desde as primeiras levas de espanhóis, italianos, judeus, árabes, portugueses e mais recentemente coreanos e bolivianos.

E de antigos mascates e comerciantes de roupas e tecidos, que foi o ofício de muitos daqueles que se iniciavam no novo país naquele tempo e que lá se fixaram, foi que se originou a vocação do bairro como pólo da indústria de confecção de roupas e que faz, hoje, a sua marca.

Como referência para a história da Saúde Pública paulista, é importante lembrar que do antigo Desinfetório Central partiam as primeiras equipes sanitárias para tomar as medidas possíveis e necessárias para debelar os focos das moléstias infecto-contagiosas: remover os doentes para o Hospital de Isolamento, desinfetar e desinfestar as casas e os objetos dos doentes e, quando era o caso, vacinar contra a varíola. De lá partiam também comissões sanitárias para o interior do Estado e centralizava o almoxarifado de drogas para os serviços de desinfecção.

Era o nascedouro da “nossa” Epidemiologia, o contato com nossa realidade sanitária. Lá trabalharam entre outros, Diogo de Faria, seu diretor, e Emílio Ribas.

O Museu de Saúde Pública “Emílio Ribas” foi criado em 1965 por decreto do Governador do Estado (Decreto nº 44.572/65) mas só foi instalado em 1979 com a publicação do Decreto nº 13.426. Criado para reverenciar, preservar e divulgar a atuação do Dr. Emílio Marcondes Ribas, tinha em seu acervo, objetos – móveis do seu antigo gabinete, microscópio, relógio, óculos e documentos de seu acervo pessoal doados pela família, além do acervo também doados pela família do primeiro Inspetor de Higiene da Província – Dr. Marcos Arruda que, ainda no Império (1884), esboçou as primeiras linhas de organização dos serviços públicos de Saúde.

A Revitalização do Museu de Saúde Pública “Emílio Ribas”

Transferida do Instituto Butantan para o Gabinete do Secretário da Saúde, propus elaborar um estudo de viabilidade para a revitalização do Museu de Saúde Pública “Emílio Ribas”. É preciso lembrar que nessa época - meados dos anos 80 - se iniciava a reforma administrativa da Secretaria, com a descentralização dos serviços de saúde. Muitas unidades foram extintas

¹Historiadora, Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Diretora do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas do Instituto de Saúde - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Contato: jandaoliveira@uol.com.br

ou transformadas, o modelo de saúde tinha como fundamento o conceito de Saúde Coletiva, que, entre outros aspectos, pressupunha que tanto o conhecimento médico, quanto suas práticas, eram historicamente determinadas e se constituíam práticas sociais; portanto, deveriam ser compreendidas no contexto de sua produção e principalmente compreendidas como processo histórico.

Com esses pressupostos muito vivos embasando nossa atuação, as discussões nos grupos de trabalho dos funcionários da própria Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo com as equipes técnicas da FUN-DAP – Fundação para o Desenvolvimento da Administração Pública, fundamentavam a proposta de que cabia a cada núcleo local construir sua própria estrutura, de acordo com a especificidade das necessidades locais e da adequação dos serviços já existentes e dos diferentes programas de saúde ao perfil social da região e as reais necessidades da população a ser atendida.

Foi nesse contexto que propus que o Museu de Saúde Pública “Emílio Ribas” poderia ser transformado. Ampliando suas atribuições e funções, se constituiria o Centro de Preservação da Memória da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo subordinado ao Centro de Desenvolvimento de Ações Integradas de Saúde (CADAIS) do Gabinete do Secretário.

Fui buscar os referenciais teórico-metodológicos nas áreas da Psicologia Social, da Filosofia e nas áreas da História, da Museologia, da Arquivística e na Preservação do Patrimônio Cultural os fundamentos para definir a que memória estava me referindo, quais os seus suportes materiais, quais os tratamentos adequados para sua preservação, sistematização e divulgação e desta forma definir as áreas de atuação do Centro mas principalmente, como a preservação dos registros materiais da memória da Instituição poderia e deveria ser utilizada, por quem e como poderia contribuir nos trabalhos da SES dentro de sua atribuição principal – a prestação de serviços de saúde para a população de São Paulo. Este trabalho resultou na monografia de mestrado que foi apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e, também, para o Gabinete do Secretário em 1986.

Resumidamente, nesse trabalho apontei como fundamento principal da memória de uma instituição o seu arquivo, ou seja, os documentos produzidos e/ou recebidos no decurso de suas atividades e que se deveria constituir um sub-sistema de arquivos (gestão documental), ligado ao Sistema de Arquivos do Estado (Secretaria de Estado da Cultura), sendo o Centro de Memória a ponta final desse sub-sistema – o arquivo histórico, com a missão de custodiar e/ou referenciar os documentos de valor histórico.

Mas também como parte constitutiva da memória da Instituição, os documentos que se referem a ela, ou seja, os objetos e equipamentos tridimensionais que fizeram parte do “fazer e como fazer” dos serviços da

Secretaria de Estado da Saúde e essas coleções comporiam o acervo do Museu. O Museu, enquanto tal, deveria desenvolver um programa de exposições temporárias e atividades outras, além da sua exposição permanente. Esta deveria tratar de recuperar através de imagens, objetos e textos aspectos da trajetória da SES, como uma base para as diferentes reflexões possíveis sobre as práticas de saúde, a relação da instituição com a população a que serve, enfim uma gama ampla de aspectos do processo saúde/doença.

Para poder desenvolver esses objetivos, o Museu deveria ter um programa de ação educativa, com educadores de saúde e equipes multidisciplinares para atuar junto a diferentes públicos (interno ou seja, funcionários da própria Secretaria e externos que, grosso modo, poderíamos classificar por gênero, idade, grau de escolaridade, nível sócio-econômico) e também de forma complementar e em conjunto com a Secretaria da Educação, atividades pedagógicas visando principalmente estudantes de 1º e 2º graus do ensino oficial, além das escolas técnicas das áreas para-médicas.

O Centro de Memória seria uma base de dados e não um órgão de pesquisa em Saúde Coletiva, a sua produção de conhecimento deveria estar voltada às áreas técnicas de sua atuação, ou seja, de Arquivística, de Museologia, de Preservação de Patrimônio Cultural e de Educação para a Saúde. Como ponto final do sub-sistema de arquivos da SES, que realmente precisa ser criado, sua tarefa deveria ser de formação de mão-de-obra ou seja, preparar os funcionários da SES nos pontos de protocolo e arquivo (já existentes) de forma a permitir implementar esse sub-sistema de informação; participar junto ao Gabinete/DAS da formulação de políticas de gestão documental da SES e efetivar a interface com o Arquivo do Estado da Secretaria de Estado da Cultura.

O Centro Técnico de Preservação da Memória da SES estava subordinado ao CADAIS quando de sua criação, porque este último, como órgão do nível central, deveria fazer a ligação necessária entre as políticas da Pasta e os níveis locais, dando assessoria técnica para implementação do desenvolvimento institucional e de programas e ações de saúde. Foi nesse sentido que uma política de gestão das comunicações administrativas se inseriria. O Centro de Memória não deveria ser entendido como instituição de pesquisa e sim, como uma base de informação, instrumento necessário à pesquisa.

Nessa época, tínhamos no corpo técnico do CADAIS, uma professora da ECA/USP - Escola de Comunicações e Artes, especialista em DI (Desenvolvimento Institucional) e Arquivos Correntes, responsável pela elaboração de um plano de trabalho para implementar sistema de arquivos da Secretaria da Saúde.

Dando continuidade aos trabalhos iniciados com a FUNDAP, transferimos acervos de unidades que foram extintas como por exemplo o antigo Serviço de Fiscali-

zação do Exercício Profissional; alguns serviços da antiga Coordenadoria de Serviços da Comunidade, quando recuperamos parcela dos documentos da antiga Divisão do Serviço do Interior, da Divisão de Epidemiologia. Recuperamos também parcela significativa dos documentos da Campanha de erradicação da Varíola (CEV) em São Paulo; as fichas epidemiológicas da antiga CRS-1. Veio também a hemeroteca da Assessoria de Imprensa e parte do arquivo fotográfico.

O Centro de Memória foi ganhando credibilidade junto aos funcionários e muitos antigos servidores que, quando se aposentavam, guardavam os documentos referentes aos seus trabalhos, doaram valioso material para o Centro. E assim recebemos os documentos da CACEX, do Dr. Toledo Piza, referente às campanhas da esquistossomose; a educadora Zenaide Alessa trouxe, também, para a nossa Instituição, significativo material sobre Educação para Saúde que se acrescentou ao acervo por nós recolhido dessa área – folhetos, livretos, cartazes, filmes e slides em vidro sobre Educação para a Saúde, que estavam esparsos. Parcela dos documentos do Instituto Clemente Ferreira, que na época corriam riscos de perda, também vieram para o Centro de Memória e, nesse mesmo contexto, veio também parte do acervo do Hospital Emílio Ribas. Mais recentemente, recebemos também o acervo remanescente de hanseníase do Hospital Padre Bento. Dr. Otávio Mercadante, quando foi Secretário Adjunto da SES, também nos enviou documentos; assim como também do extinto CADAIS.

Nossa preocupação era estabelecer uma estratégia de atuação de forma a recuperar e preservar o que fosse possível dos documentos já produzidos, mesmo a custo de recolher sem a devida e criteriosa avaliação pois não tínhamos nem infra-estrutura de pessoal treinado para tal e muito menos tempo: era “ou pega ou vai pra descarte”. Foram tempos loucos e ainda bem que éramos jovens!

Com relação ao tempo presente (daquele momento), trabalhando junto com a FUNDAP, fizemos um levantamento dos documentos produzidos referentes às áreas-meio, pois o procedimento administrativo sendo igual da menor à maior unidade, poderíamos criar procedimentos que se aplicariam à boa parcela da documentação produzida que, diga-se de passagem, é a mais volumosa. Quanto aos processos, foi criado o número único de processo, com indexação de palavras-chave com a tabela de assuntos, o que facilitaria não só a recuperação da informação como também a criação de tabelas de temporalidade, respeitando os prazos legais, os valores jurídico-administrativos e podendo criar também os critérios para avaliação do valor histórico. Pretendíamos, mas não conseguimos realizar, por mudanças de prioridades do nível superior, uma sistemática nova para os pontos de protocolo e arquivos da SES: queríamos que os documentos referentes à atividade-fim também fossem arquivados nos pontos

de arquivo e protocolo. Isto significaria um baixo custo para a Secretaria, pois não iríamos ampliar o quadro de pessoal, de forma significativa. Para tal, iríamos dar treinamento aos funcionários dos protocolos, para formá-los como técnicos de arquivo de forma tal que os arquivos tivessem “vida”, ou seja, todos os anos entrariam e saíam documentos que, depois de avaliados teriam prazos de guarda estabelecidos (tabela de avaliação) e refletiriam realmente a trajetória da instituição. O Centro de Memória e Departamento Administração da Sede/Gabinete teriam o papel de formular conjuntamente com o Arquivo do Estado uma política de gestão documental. Seria também um órgão referenciador, pois a idéia era não centralizar fisicamente os documentos no Centro, mas sim referenciá-los, pois os registros da memória servem em primeiro lugar para aqueles que os produziram, daí a importância de estar próximo de quem os produziu, facilitando sua consulta; é elemento primordial para avaliação do processo de trabalho e para valorização dos profissionais envolvidos. É importante lembrar que arquivo é antes de tudo uma forma de possibilitar e otimizar a recuperação de informações.

Para o Centro de Memória só iriam os documentos que correriam riscos de se perderem, quer por extinção e/ou por completa transformação da unidade produtora, quer por falta de condições de preservação e custódia do acervo.

Quando se fala em desburocratização e transparência administrativas, se está falando também de boa gestão das informações dos arquivos. Hoje mais do que antes, a guarda de documentos representa um custo alto (o preço do espaço urbano, a mão-de-obra, etc.) e, portanto, é importante pensar no custo-benefício que representa para a administração pública e a responsabilidade de bem geri-lo.

Como ponta final de toda uma política de arquivos que não se implementou, foi também anulado o empenho que havia sido realizado.

O Centro de Memória se ressentiu muito por ficar restrito a recolher apenas o que por doação lhe fosse encaminhado. Por falta de infra-estrutura de pessoal e de recursos financeiros (nunca foi unidade de despesa e recebia pequena verba de adiantamento de despesas, de uso muito restrito) pouco pudemos desenvolver do nosso potencial.

Já com a política de salários – com o plano Collor o funcionalismo público teve perdas nos salários e que não foram repostos nos governos subseqüentes – perdemos alguns dos poucos e preciosos funcionários, atraídos por melhores salários na iniciativa privada. Nosso quadro funcional ficou restrito a cinco funcionários.

Dada as condições de funcionamento do Centro de Memória é importante dizer que durante todos esse anos, com todas as nossas limitações, procuramos prestar serviços àqueles que consultaram nosso acervo e visitaram a instituição.

Fomos procurados por inúmeros pesquisadores, em

especial alunos de pós-graduação das áreas de História Social, Saúde Pública, Medicina Social, para pesquisar em nossos arquivos; muitas teses citam nossa contribuição. Vários livros foram editados com agradecimentos e referência à nossa instituição.

Colaboramos também com a TV Cultura para uma série de pequenos filmes sobre saúde veiculados naquela emissora. Várias empresas da iniciativa privada nos têm solicitado material educativo para serem usados em programas de educação para seus funcionários.

Escolas de 1º e 2º graus agendavam visitas, trazendo seus alunos. Nos últimos anos, vínhamos atendendo de forma sistemática escolas técnicas – SESC/SENAC – como complemento aos cursos técnicos de enfermagem, técnicos de raios-X, atendentes de odontologia.

Algumas faculdades também nos enviavam seus alunos como a Universidade Bandeirantes (UNIBAN) e a Faculdade Metropolitana Unida (FMU).

Colaboramos com instituições congêneres, quando na inauguração do Museu do Imigrante, cedemos por empréstimo nossos “carrinhos”. Assim como com a Casa de Oswaldo Cruz, cedemos por empréstimo documentos na Exposição Internacional daquela instituição, na França.

Por solicitação de algumas unidades da SES, realizamos em parceira, algumas exposições como por exemplo Sobre a Raiva, que foi feita com os Institutos Pasteur e Butantan; uma exposição itinerante sobre o patrono do Museu – Emílio Ribas; sugerimos e fizemos uma exposição dos desenhos feitos para um concurso com escolares da rede pública de ensino sobre a campanha antitabagismo, que percorreu várias unidades da SES no interior.

Colaboramos com o Hospital Emílio Ribas na recente exposição sobre a história e importância daquele hospital que, inaugurada na estação Clínicas do Metrô, até hoje tem sido solicitada por empréstimo em diferentes lugares.

Esta foi a trajetória do Centro de Memória nos últimos anos e esperamos que no futuro sua trajetória seja marcada por muitas realizações e contribuições à população paulista.